

INFORMAÇÕES E POLÍTICAS DECOLONIAIS: MUSEUS, ARQUIVOS E BIBLIOTECAS A SERVIÇO DA SOCIEDADE

MARIA LUISA MOITA MARCONDES DA SILVA*

ADEL IGOR PAUSINI**

INTRODUÇÃO

Objeto clássico dos estudos sociológicos, as instituições sociais, segundo Émile Durkheim (1995) são organismos fundamentais para o funcionamento das relações humanas e por consequência da sociedade. Em sentido próximo, para Max Weber, as instituições sociais funcionam como mecanismo que transmitem valores, padrões e comportamentos por meio das múltiplas formas de coerção, normatizando assim as ações dos indivíduos a partir de regras, normas e leis coletivizadas a fim da promoção da interação entre diferentes grupos. Deste modo, as instituições sociais seriam, segundo o autor, eficiente mecanismo de manutenção entre os membros da sociedade e a formação de uma coesão social, justamente por propiciar a padronização de comportamentos e a integração do indivíduo à sociedade (*apud* Gerth e Mills 1990).

Em linhas gerais as instituições sociais podem ser divididas em duas categorias, sendo a primeira destinada a apreensão de códigos como linguagem e valores morais, comumente transmitido nesta fase por instituições como a família e a religião, enquanto na segunda encontra-se a normatização específica e oficial do Estado, em instituições como a Escola e as Leis. Ambas possuem significativo papel no processo de socialização do indivíduo, e embora orbitem distintas esferas, são complementares (Família, Estado, Governo, Educação, Ciência, Igreja, Empresas, Organizações Sociais) possuem em comum a normatização e a coesão social de distintos indivíduos em torno do convívio em sociedade ou em torno de uma causa. Estas podem ser classificadas em instituições espontâneas: aquelas que surgem a partir da identificação ou da relação tecida entre indivíduos e as instituições reguladoras: surgem diante a necessidade de regulamentação ou produção legislativa sobre algum aspecto relacional, sendo predominante neste campo instituições de Estado.

Portanto, é no campo das instituições reguladoras que se encontram a maioria das instituições normativas financiadas pelo Estado que orbitam sob o campo do conhecimento e da cultura, tais como museus, bibliotecas e arquivos, os quais assertivamente seguem parâmetros técnicos e profissionais estabelecidos por outra instituição social, a Ciência.

* Universidade Lusófona; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0072-2305>; Email: mlmoitam@gmail.com.

** Universidade Lusófona; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7969-5495>; Email: adel.pausini@ulusofona.pt.

Deste modo, as instituições sociais, órgãos constituídos para servirem a sociedade, acabam por refletir não apenas o poder, mas também o conjunto de valores agregados a este, como as intencionalidades, interesses, perspectivas e compromissos de quem requisitou ou orientou a sua constituição, e, portanto, a reificação de suportes e novas ou velhas práticas e ações ressignificadas, comprometidas com a manutenção das estruturas que a constituíram e as mantêm como instituições de poder. Sendo assim, é preciso compreender as instituições sociais como ferramenta relacional operacional, utilizada como mecanismo de manutenção das estruturas sociais vigentes, conservando ou realizando alterações alegóricas que não apontam para a modificação significativa das estruturas de poder, ou instituições abertas ao estímulo da reflexão, problematização e questionamento das estruturas e hierarquias de poder, refletindo sobre questões como, para quem e a quem servem. Estas questões são comumente pertinentes a museus, arquivos e bibliotecas, sobretudo quando financiadas pelo Estado (Poder Público), justamente por perpassar de modo comum instituições como museus, arquivos e bibliotecas. Estas questões, apontam necessariamente para o compromisso ou missão da instituição, as quais deveriam fomentar valores e habilidades que promovam a educação e o exercício da cidadania global, conforme considerações da UNESCO (2014), assim como práticas democráticas e de promoção do desenvolvimento e equidade.

De acordo com a matriz moderna dessas instituições, segundo Choay (1999) cooptadas no século XIX para a legitimação do poder dos Estados Nacionais, estas estiveram inseridas em contexto de disputa de interesses e narrativas legitimadoras do poder intelectual, científico, econômico e político. A concepção de um conceito de história que se pretendia linear, universal, única e singular, adensou a criação de narrativas que seriam consideradas verdades inquestionáveis e chanceladas pela ciência, sendo esta outra ferramenta de hierarquização e legitimação de poder na estrutura social.

Como essas instituições serviram como bases para a construção do pensamento moderno, e colonial, e no seu plano estava o estabelecimento simbólico dessa hierarquização, entre pessoas e culturas, interseccional, de raça, gênero, sexualidade e classe, com o objetivo de exaltar o homem europeu, mesmo após o processo de descolonização dos territórios colonizados, o pensamento e os ideais coloniais permaneceram, tendo a epistemologia ocidental raízes muito profundas, até os dias de hoje.

Inseridos no século XXI e tendo acompanhado diversas mudanças no campo da museologia ao longo do tempo, principalmente após o desenvolvimento da Nova Museologia, a função social dessas instituições, principalmente do museu, foi sendo repensada, para conseguir atender de maneira mais satisfatória às necessidades do público e da comunidade, principalmente através do surgimento de novos modelos e patrimônios que atendessem essas necessidades. Entretanto, essa mudança não teve tanta potência e reflexo nas instituições tradicionais, que nasceram no contexto do século XIX.

No ano de 2022, durante a 26.^a *Conferência Geral do ICOM*¹ realizada em Praga, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou uma nova definição de museu com uma visão de valorização da acessibilidade, inclusão, pensando na participação das comunidades e na partilha de conhecimentos como importantes para o desenvolvimento da instituição, integrando-a ao tempo presente e atendendo as demandas sociais, cada vez mais presentes.

A ascensão das políticas Neoliberais nas décadas de 1970 e 1980 legou ao conhecimento científico produzido nas mais distintas e diversas dimensões da sociedade uma perspectiva instrumentalista da ciência, que deveria estar a serviço da eficiência e do crescimento económico, orientando políticas públicas, ações e práticas empresariais, e desenvolvimento tecnológico, proporcionando a médio e longo prazo, de modo amplo, alargado e integrado, uma suposta melhora na qualidade de vida. Deste modo, as instituições e investigações científicas merecedoras de financiamento público e privado deveriam estar a serviço desta compreensão de sociedade, comprometidas com a eficiência e o retorno de resultados quantitativos capazes de mensurar a eficácia do investimento realizado.

No entanto, este modelo de ciência pública que investe em inovação social, ainda em vigor, demonstrou certo desgaste assim como a doutrina económica neoliberal, sobretudo diante as duas crises económicas que atingiram o capitalismo no início do século XXI, agravadas com a Pandemia de 2020, sendo portanto incorporada com ênfase a perspectiva mercadológica de ciência pública e inovação social, valores como democracia e a relevância do papel político não neutral na defesa dos direitos humanos, combate à exclusão social, discriminação, racismo, xenofobia, pobreza, sexismo entre outras, em busca da construção de ferramentas de inclusão e equidade para o exercício pleno da cidadania global, compreendendo não serem suficientes o «empreendedorismo social» ou a «inovação social», segundo Dias (2015) conceitos sinônimos, para a construção da sociedade idealizada pela Agenda 2030, pactuada pela ONU em 2013², conferindo assim maior ênfase política e cidadã à ciência pública.

Neste cenário de busca de equidade e diálogo intercultural, voltou com alguma força ao campo as discussões da igualdade de saberes, elemento explorado na década de 1980 por Foucault (2008) (arqueologia do saber), e anteriormente por Nietzsche (1999) (teoria do conhecimento), o conceito de ciência cidadã, instrumento de reconhecimento político que consiste no envolvimento de cidadãos, não necessariamente académicos ou cientistas, em atividades de investigação científica, de modo participativo, colaborativo, contributivo de cocriação, envolvendo deste modo as comunidades no processo de construção do saber científico, partindo assim do reconhecimento da pluralidade e equidade de saberes para a construção ativa do conhecimento.

¹ International Council of Museums – Órgão vinculado à UNESCO.

² Dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU).

A partir desse contexto e inseridos em um momento em que é essencial colocar atenção para as questões contemporâneas, é importante que as instituições passem a olhar para dentro e analisar a sua própria história e entender e analisar os discursos e valores que estão sendo produzidos. Quais são os discursos e a serviço de quem tais discurso promovem, como ele é constituído, através dos diferentes processos que são trabalhados dentro da instituição, como a política de aquisição, a curadoria, a seleção de informações, entre outros. Além disso, que tipo de relação mantém com o público? Quem é esse público? Ele abarca as comunidades que fazem parte do seu entorno? É importante pensar que narrativas são criadas pela instituição e quais os silêncios que existem nela.

1. RELAÇÕES DE PODER DENTRO DA INSTITUIÇÃO

O museólogo Clóvis Britto organiza a conformação dos paradigmas e dos processos museológicos, estabelecendo três linhas. A primeira, marcada pelo museu a serviço das coleções, influenciada pelo positivismo e o funcionalismo, marcando a relação entre coleção, edifício e público. A segunda, que avança para o museu a serviço da sociedade, influenciada pelo pensamento marxista, estruturalista e fenomenológico, que nasceu a partir do surgimento da Nova Museologia, e estabelece a relação entre património, território e as comunidades. A última categoria, influenciada pela Museologia Social e que tem a sociomuseologia como escola de pensamento, influenciada por um pós-estruturalismo e o pensamento decolonial, é o museu a serviço da diferença, e pensa a triangulação entre temas/problemas, territorialidades e protagonistas sociais (Britto 2019, p. 22). Essas três linhas coexistem no campo museológico mesmo aos dias de hoje.

Pensando a Museologia como uma disciplina aplicada, a relação triangular entre Homem x Objeto x Cenário, característica do paradigma do museu a serviço das coleções e que faz parte da sua raiz moderna/colonial e normativa, foi sendo alargado com o tempo nos seus conceitos através do engajamento na prática e nas discussões teóricas dos profissionais dos museus, influenciando no surgimento dos novos paradigmas descritos por Clóvis Britto (2019). Justamente pelo seu caráter dinâmico e aplicado, constantemente novas relações são estabelecidas com a prática dentro dos museus e a reflexão sobre essa prática. Se anteriormente o foco estava na coleção e na visão de um público passivo e uniforme, após a insurgência da Nova Museologia, as comunidades e a diversidade passaram a ganhar foco para pensar o trabalho dentro do museu.

Ao mesmo tempo, deve-se ter cuidado ao tratar essas categorias, procurando não estabelecer uma cisão completa entre elas, adotando uma visão analítica. A museologia normativa/tradicional, que vê as suas práticas em uma perspectiva funcionalista, foi responsável pela delimitação da área da museologia como um campo de conhecimento e, dessa maneira, é a matriz formadora e estabeleceu as regras do campo de acordo com a estrutura política e social em que se vive na realidade, tendo as instituições como aparelho

ideológico de Estado e com uma função social bem delimitada, que atendia a determinadas expectativas dentro da memória do poder.

Exatamente por essa origem e característica, é importante se manter sempre atento a maneira como as instituições trabalham na perspectiva de novas práticas inclusivas e/ou decoloniais. Há um leque de diferentes tipos de museus, que trabalham de maneiras e com objetivos diferentes dentro da categoria de museus normativos, assim como as instituições que trabalham na perspectiva de uma nova museologia, podendo haver uma mescla de ações e experiências entre essas categorias.

Em seu texto «Para uma sociologia das ausências e das emergências», Boaventura de Souza Santos (2002) fala sobre a construção das relações de poder instituídas pelo pensamento moderno, que estão baseadas na produção de não existência de certos agentes a partir do estabelecimento de cinco monoculturas racionais, sendo elas a monocultura do saber, do tempo linear, a lógica da escala dominante, a monocultura da naturalização das diferenças e a monocultura dos critérios de produtividade capitalista.

A combinação das lógicas de produção de não existência que correspondem a monocultura do saber e a naturalização das diferenças é que tem mais relevância para se pensar na ciência como ferramenta de hierarquização e legitimação de poder, no processo de seleção de informações e a construção de valores institucionais. Nessa combinação há a transformação da alta cultura e da ciência moderna como cânones de produção únicos e universais. Enquanto a ciência moderna é responsável por categorizar, explorar, observar e classificar a natureza, as pessoas e a cultura, seguindo o modelo enciclopedista com o objetivo de controlar o mundo e os saberes.

O termo Matriz Colonial de Poder (MCP), desenvolvido por Walter D. Mignolo (2017), diz respeito ao eixo de alicerce da colonialidade, que envolve a colonialidade de poder, do saber e do ser. Os marcadores da narrativa que hierarquiza as culturas diferentes estão baseados na Europa como referência central e original (poder); a celebração das conquistas civilizatórias e na legitimação dessa narrativa como a matriz epistemológica (saber); e a exploração, dominação e hierarquização de outros povos, marcando quem está no centro e quem deve ser subalternizado (ser). O que isso significa para as instituições como o museu, o arquivo e a biblioteca que serviram como aparelhos de legitimação do saber europeu como matriz epistemológica da colonialidade?

2. A SELEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Se os museus, arquivos e as bibliotecas são instituições que foram pensadas como dispositivos de poder, para valorizar a memória e as narrativas dos vencedores que escrevem a história, o que isso significa na prática? Quais são os processos internos dessas instituições que atendem essa função e constroem os valores? O cerne dessa construção está nos procedimentos internos de trabalho como a seleção de informação, a curadoria de infor-

mações, a curadoria dos objetos e documentos que fazem parte do acervo e a prioridade que se dá para esses mesmos objetos e documentos.

A concepção da narrativa, a partir da organização expográfica, sempre foi pensada com um objetivo, como Clóvis Brito defende em sua tese, com uma função social que previa o estabelecimento de princípios totalizantes de legitimação do poder (Britto 2019, p. 29). A pedagogia do olhar desenvolvida no sistema visual dos museus estaria reforçando a hierarquização das relações dicotômicas da sociedade, como, por exemplo, entre homem/mulher, cultura/natureza, civilizado/primitivo, branco/negro, Ocidente/Oriente, Norte/Sul. E como Boaventura de Sousa Santos escreveu, o estabelecimento dessa relação passou a entender o mundo apenas a partir dela, sendo que as partes só são entendidas na relação com a totalidade. «O Norte não é inteligível fora da relação com o Sul, tal como o conhecimento tradicional não é inteligível sem a relação com o conhecimento científico ou a mulher sem o homem» (Santos 2002, p. 242). Isso é forte de tal maneira que será sempre uma relação de poder hierarquizante, em que uma das partes está presa e subjugada para a hipervalorização da sua outra parte.

As instituições culturais e de educação nasceram como elementos para a construção do pensamento moderno/colonial. No caso dos museus é possível observar duas expressões principais. Por um lado, nos grandes museus e galerias de arte havia a veneração ao passado e o culto aos grandes heróis, construindo a história da Europa como os grandes civilizadores, através da valorização da ciência e dos grandes feitos históricos. Ao mesmo tempo, foram constituídos os museus etnológicos e de história natural, que serviam como uma grande exposição das vitórias de guerra daqueles grandes heróis, de tudo que era exótico das terras que foram invadidas. Nas grandes exposições, eram incluídos a fauna e a flora locais, objetos de outras culturas, — cotidianos ou sagrados —, até a exposição de pessoas vivas, o qual ficou conhecido como os zoológicos humanos, com corpos diferentes do branco europeu sendo hipervisualizados para reafirmar o que seria o corpo normal para ser exaltado pela sociedade colonial/moderna.

Na organização expográfica dos museus, seja nas salas de época ou nas exposições etnológicas, os objetos históricos eram inseridos em um cenário que tentava situá-los em uma temporalidade histórica ou um espaço geográfico. As salas de exposição possuíam recursos cenográficos para compor o ambiente, como um teatro da memória no qual o visitante estaria adentrando uma teatralidade histórica. Justamente nessa proposta havia a construção de um discurso hierarquizante, compondo uma imagem de civilizados e bárbaros, indicando o que era belo, estético, valorizado, e o que era exótico, diferente, inferiorizado.

Como colocado pela museóloga Juliana Maria de Siqueira (2020), para se pensar uma prática institucional social e decolonial, que inclui a comunidade e as pessoas nos processos internos do museu, do arquivo e da biblioteca, esse processo deve ser

coletivo e dialogal. Ela indica como importante um princípio da autonomia para esses processos:

o princípio da autonomia, isto é, o reconhecimento do direito das comunidades e dos povos serem os legítimos guardiões de suas memórias e seus patrimônios, elaborando suas narrativas e interpretações nos próprios termos e participando ativamente dos benefícios gerados pelo seu uso responsável. Esse fundamento parte dos conteúdos e se aprofunda no sentido da própria gestão participativa do museu. Dele deriva a atitude criativa de busca por uma linguagem museológica própria, capaz de expressar a identidade cultural da coletividade que atua no processo museal. Assim, o museu caminha da teatralização/dramatização para o saber/fazer, da representação do outro para a apresentação de si, da democratização da cultura para a democracia cultural (Siqueira 2020).

As curadorias realizadas em projetos e exposições institucionais, tudo aquilo que é realizado na prática, está carregado por ideias, conceitos, propostas e recursos, e todos esses elementos refletem grupos e posições, são espaços predominantemente políticos e de afirmação de discursos ideológicos. Para transformar as instituições em espaços mais inclusivos é necessário um processo que seja dessa maneira coletivo e dialogal e que repense a história e a origem da instituição, sendo possível um deslocamento do olhar e das narrativas coloniais para o acolhimento de todos.

3. DECOLONIALIDADE

Catherine Walsh, Santiago Castro Gomez e Ramón Grosfóguel foram os pesquisadores que propuseram o uso do termo decolonialidade, sem o «s», já que nessa diferenciação é possível observar que mesmo após o processo de independência das antigas colônias, não foi possível reverter a colonialidade, sendo necessário passar por um processo contínuo de luta, através de uma postura de transgressão, de insurgência contra o pensamento normativo colonial.

Como apontado por Walsh (2009), o pensamento decolonial é caracterizado por uma contínua luta com o fim de visibilizar e favorecer construções alternativas ao pensamento e a estrutura marcadamente colonial e normativa. Uma postura transgressiva, insurgente, contínua, que enriqueça e valorize as experiências sociais e abrace as diferenças. Portanto, é importante que o trabalho dentro das instituições leve em consideração essa linha de pensamento, esse objetivo de reconhecer a sua herança, entender o seu motivo de origem como instituição, e trabalhar na direção de uma mudança que considere a inclusão e a diversidade como importantes.

Para lutar contra esse pensamento hegemônico, colonizador, tão profundo, os grandes pensadores do grupo modernidade/colonialidade, como Anibal Quijano, Walter Dignolo, Immanuel Wallerstein, Catherine Walsh e Boaventura de Sousa Santos, dissecam as origens do pensamento colonial e propõe práticas para se libertar dele.

Mignolo (2017) fala sobre o conservadorismo desobediente, propondo uma desvinculação para a resistência e a revinculação com os legados que se deseja preservar, «a fim de engajar-se em modos de existência com os quais as pessoas querem se engajar. Portanto, reexistir depende do lugar do indivíduo nas histórias locais negadas, diminuídas e demonizadas nas narrativas da modernidade ocidental» (Mignolo 2017). Mignolo defende a desobediência epistemológica, a vivência dentro de uma visão de mundo que se desvincule da episteme ocidental totalizante.

Boaventura (Santos 2002), por sua vez, fala sobre a libertação da relação de poder das dicotomias, pensá-las sem esse jogo de poder hierarquizante. Afinal de contas, o mundo é plural e diverso, não existem apenas dois lados em contraponto. Ele fala em transformar as ausências, que são produzidas pelo pensamento hegemônico, em presenças. Lutar contra as lógicas de produção de não existência a partir do enriquecimento e da valorização da experiência social. A experiência é capaz de dilatar o presente e ampliar as concepções de mundo, do que é considerado contemporâneo. Na sua Sociologia das Ausências, Boaventura de Sousa Santos propõe uma imaginação epistemológica e democrática como caminho tanto de diversificação dos saberes e perspectivas de mundo, como para o reconhecimento dessas novas e diferentes práticas e atores sociais (Santos 2002, p. 253).

Além disso, a jornalista e pesquisadora brasileira Rosane Borges (2012), ao comentar o pensamento de bell hooks, fala sobre a ideia do deslocamento do olhar, das práticas de transformação dos pontos de vista. Bell hooks (2019) usa o termo do «olhar opositor», para a partir dele pensar o que demanda de cada um de nós na construção de ferramentas, teorias e insumos que contribuam para a reivindicação de uma nova trajetória do olhar. Considerando as artes visuais como um sistema discursivo e ideológico, é importante criar estratégias para despertar uma tomada de consciência do lugar em que os símbolos das imagens colonizadas permeiam no nosso imaginário, já que, ao longo da história, invés de deslocarmos o olhar, há uma constante reafirmação dele.

Audre Lorde, escritora feminista e ativista pelos direitos civis e LGBTQIA+, aponta a importância da comunidade e da valorização das diferenças na luta pela libertação e na construção de uma nova realidade. Ela diz que sem a comunidade não há libertação, e isso não significa esquecer as diferenças a fim de criar uma unidade, e sim a compreensão de que é exatamente na interdependência das forças diferentes, reconhecidas e em pé de igualdade, que reside o poder de construir novas realidades, formas de estar no mundo e a coragem para lutar dentro de uma estrutura que foi idealizada de acordo com a exclusão (Lorde 2007).

Pensando nessas diferentes maneiras de se pensar uma nova epistemologia que fuja do padrão normativo e colonial, qual o papel dos trabalhadores sociais e da cultura, que trabalham dentro dessas instituições, para uma maior inclusão e uma dinâmica positiva com as comunidades? Qual o papel da instituição nesse processo? Para além de trabalhar a inclusão e a diversidade como ideias abstratas, como se pode realizar um método de participação real e que faça a instituição pensar na sua origem e nas suas responsabilidades frente a história, a realidade social e as pessoas do seu território?

4. MOVIMENTOS SOCIAIS, A COMUNIDADE E SUA INCLUSÃO NAS INSTITUIÇÕES

Para chegar em respostas para essas perguntas, é importante observar os movimentos e as práticas que já foram realizadas e tentar entender o impacto que tiveram e podem ter nessa mudança.

Em 2019, o museu Mauritshuis, em Haia, na Holanda, um museu imperial, realizou uma exposição com o objetivo de desconstruir a narrativa romantizada de Johan Maurits, ex-governador do Brasil Holandês entre 1636 e 1644. O Brasil e o prédio do museu, antiga casa de Nassau, foi construído com dinheiro do comércio de açúcar e escravos para o Brasil. Entretanto, essa narrativa foi silenciada dentro do museu. As exposições, as legendas das obras que tinham relação com o Brasil Holandês e a descrição, tanto do edifício, quanto da figura de Nassau, era feita de maneira a silenciar a narrativa colonial e a apenas exaltar uma visão da história que estava ligada ao desenvolvimento científico, artístico e os grandes heróis. Não havia o reconhecimento da colonialidade presente nas estruturas da instituição. Em 2018 a equipe do museu tomou a decisão de retirar a cópia de um busto de Nassau do Foyer do museu e isso gerou uma grande agitação social, muito presente também nas redes sociais, que pressionou os profissionais a repensar a história que se perpetuava em suas escolhas narrativas.

A exposição temporária *Shifting Image — In Search of Johan Maurits*, realizada em 2019 foi realizada apenas com obras de seu próprio acervo e arte contemporânea feita especialmente para essa exposição. A elaboração das legendas das obras, as decisões de curadoria da exposição, foram realizadas através de um processo colaborativo, com pessoas fora da esfera do museu e de diferentes áreas, que contribuíram com os textos curatoriais. Essa exposição temporária resultou no repensar de uma das exposições permanentes do museu, que fala sobre o Brasil Holandês, e, além disso, resultou em um projeto de extensão de pesquisa sobre o tema do Brasil Holandês pela instituição.

Em 2017 nos EUA, um movimento insurgente em torno do sistema de arte chamado *J20 Art Strike* surgiu em resposta à eleição de Donald Trump. O evento foi um apelo à oposição coletiva e afirmava

Despite its contradictions, the art world has significant amounts of capital — material, social, and cultural — at its disposal. The time has come to imagine and to implement ways of redirecting these resources in solidarity with broader social movements leading the way in the fight against Trumpism³ (apud MTL Collective 2018, p. 201).

O principal resultado desse movimento foi o estímulo para o surgimento de novos grupos e a criação de novos coletivos determinados a trabalhar de forma colaborativa e criativa para pressionar os museus.

Um caso especificamente chamou a atenção na época. Em Minneapolis houve uma campanha para a destruição da obra *Scaffold*, do artista Sam Durant no *Walker Art Center*. As comunidades indígenas de Minneapolis protestaram contra a instalação da obra, alegando que mesmo que tente problematizar um trauma histórico, acaba gerando ainda mais traumas.

Assim, em um processo colaborativo com o artista e a direção do museu, foi realizada uma cerimônia de enterro da obra. Esse processo ocorreu de forma crítica e criativa, levando a então diretora do museu, Olga Viso, a refletir sobre os processos decoloniais dentro da instituição: «if museums want to continue to have a place, they must stop seeing activists as antagonists. They must position themselves as learning centers, not impenetrable centers of self-validating authority»⁴ (Viso 2018).

É muito importante que as pessoas afetadas por essa «não existência» dentro das instituições, ocupem os espaços que também são seus por direito, tornando a ausência em presença. Muito se fala em dar voz para os grupos socialmente excluídos, mas o movimento é diferente, já que essas pessoas já têm a sua própria voz. O movimento é de dar ouvidos, fazer silêncio para escutar, reconhecer a diferença para desfazer as estruturas hierarquizantes de gênero, raça e classe.

Por conta da invisibilização, os grupos que foram histórica e socialmente oprimidos estão se movimentando cada vez mais e criando coletivos e novos métodos de trabalho a fim de institucionalizar a sua memória, como por exemplo o *Decolonising the Archive*. No texto de descrição do projeto eles explicam:

What does the Pan-African archive look like? Sound Like? Feel like? Where does it begin and where are its limits? How is the archive expressed within our own cultural frameworks? Our work explores these questions. Our exploration is crea-

³ Tradução livre: «Apesar de suas contradições, o mundo da arte tem quantidades significativas de capital — material, social e cultural — à sua disposição. Chegou a hora de imaginar e implementar formas de redirecionar esses recursos em solidariedade com os movimentos sociais mais amplos que lideram o caminho na luta contra o trumpismo».

⁴ Tradução Livre: «Se os museus querem continuar a ter um lugar, devem deixar de ver os ativistas como antagonistas. Eles devem se posicionar como centros de aprendizado, não centros impenetráveis de autoridade autovalidada» (Viso 2018).

*ting something beautiful. We are changing our narrative. History is healing. We cannot decolonise what was never ours to begin with - but we can always create. When we face the past we understand the present. In understanding the present, we shape our future*⁵.

Um projeto que tem como objetivo criar um arquivo voltado para uma memória que é invisibilizada dentro dos arquivos normativos. Dentro do seu projeto está a realização de workshops que ensinam sobre a preservação de documentos e da memória para pessoas interessadas, no caminho de permitir que os arquivos acolham narrativas que normalmente estão fora das escolhas tradicionais das instituições.

A curadora Sumaya Kassin, em um texto intitulado *The Museum will not be decolonised*, de 2017, fala sobre o processo que viveu na curadoria da exposição *#ThePastIsNow* no Birmingham Museum and Art Gallery, em 2017. Nesse texto ela comenta sobre os perigos do processo de decolonizar as instituições. O título é, mais do que tudo, uma provocação. A tarefa de decolonizar as instituições normativas é um grande desafio, repleto de obstáculos e riscos, e também difícil, já que lida com a história e as raízes profundas e estruturais da colonialidade. A cada pequeno passo que se consegue dar dentro da instituição, através das insurgências sociais, dos profissionais da área, com novas ações, práticas, exposições, é possível que a matriz de poder barre esses movimentos ou mesmo se aproprie da luta para ressignificá-la e perpetuar os mesmos padrões. Há de tomar cuidado para que a palavra decolonizar, decolonial, não se torne mais uma palavra de ordem ou uma meta banalizada e egóica, em que as instituições tenham orgulho de uma tentativa de inclusão, decolonização, a partir de uma força de trabalho que não foi devidamente valorizada e respeitada, sem realmente estar lidando com o seu passado (Kassin 2017).

Ao mesmo tempo, para a curadora, o processo que viveu demonstrou que mesmo que a prática decolonial seja de fato desafiadora, dolorosa, necessariamente inalcançável e necessariamente indefinível (Kassin 2017), é um processo necessário e colaborativo. Um trabalho que deve ser feito em conjunto e que, do outro lado da dificuldade, há uma mudança dentro de cada um que participa do processo. As curadoras que participaram da exposição aprenderam como a instituição trabalha, opera e pensa, assim como os atores institucionais estavam aprendendo como servir melhor a própria comunidade.

O papel das instituições, dos museus, bibliotecas e arquivos, é fomentar a dinâmica da ciência pública, contribuindo assim para a decolonização dos seus espaços e práticas. O rompimento do ciclo se dá exatamente a partir da libertação das relações de poder das

⁵ Tradução livre: «Como o arquivo Pan-Africano se parece? Soa? Sente? Onde começa e quais são os seus limites? Como o arquivo é expresso dentro da nossa própria estrutura cultural? Nosso trabalho explora essas questões. Nossa exploração está criando algo lindo. Nós estamos mudando a nossa narrativa. A história está se curando. Nós não podemos descolonizar o que nunca foi nosso em primeiro lugar — mas nós sempre podemos criar. Quando nós encaramos o passado, entendemos o presente. Ao entender o presente, moldamos o nosso futuro» (DTA [s.d.]).

dicotomias e a revinculação com as memórias que se deseja preservar, conferindo protagonismo a outros atores sociais que não estavam na posse do poder. Pensando o poder enquanto visibilidade, nesse movimento de reconhecimento a instituição está conferindo poder, ainda que simbólico.

Ao longo dessa reflexão foram apresentados alguns exemplos de movimentos sociais e práticas que decorreram deles e que pressionaram as instituições a olharem para o seu passado e repensarem as suas práticas ou então que permitiram o surgimento de novas realidades institucionais ligadas à memória. Como foi dito anteriormente, pensar a inclusão, a participação coletiva e o processo decolonial não é uma tarefa fácil e indolor, entretanto colocar em ação essas práticas transgressoras e insurgentes, e principalmente coletivas e colaborativas, permite com que as estruturas das instituições modernas/coloniais sejam abaladas de alguma maneira.

REFERÊNCIAS

- BORGES, R. S., 2012. Mídia, racismos e representações do outro: Ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. Em: R. C. da S. BORGES, e R. S. BORGES, orgs. *Mídia e racismo*. Petrópolis: ABPN, pp. 179-204.
- BRITTO, C. C., 2019. “Nossa maçã é que come Eva”: a poética de Manoel de Barros e os lugares epistêmicos das *Museologias Indisciplinadas no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração.
- CHOAY, F., 1999. *A alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Edições 70.
- DIAS, J. P., 2015. Ciências em Sociedade: Diálogos Interculturais e Ecologias de Saberes Perante Ameaças Neocoloniais. *Textos & Debates*. 27(2), 257-277.
- DTA, [s.d.]. *Decolonising the Archive* [Em linha] [consult. 2022-10-25]. Disponível em: <https://www.decolonisingthearchive.com/>.
- DURKHEIM, E., 1995. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M., 2008. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GERTH, H. H., e C. Wright MILLS, 1990. *Max Weber: Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora: LTC.
- HOOKS, B., 2019. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante.
- KASSIM, S., 2017. *The museum will not be decolonized* [Em linha]. Reino Unido: Media Diversified [consult. 2022-10-25]. Disponível em: <https://mediadiversified.org/2017/11/15/the-museum-will-not-be-decolonised/>.
- LORDE, A., 2007. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Berkeley: The Crossing Press.
- MIGNOLO, W., 2017. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [Em linha]. Jun. 32(94), 1-18 [consult. 2022-10-25]. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2441>.
- MIGNOLO, W., e C. E. WALSH, 2018. *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Durham: Duke University Press.
- MTL COLLECTIVE, 2018. From institutional Critique to institutional Liberation? A Decolonial Perspective on the Crises of Contemporary Art. *October* [Em linha]. (165), 192-227 [consult. 2023-11-17]. Disponível em: https://doi.org/10.1162/octo_a_00329.

- MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND, 2019. Arte e descolonização. Em: *MASP Seminário/Arte e descolonização/16.10.2019/Manhã* [Em linha] [consult. 2022-10-25]. Disponível em: <https://youtu.be/MoSsFK4oT-Q>.
- NIETZSCHE, F., 1999. *Além do bem e do mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, B. de S., 2002. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Out. **63**, 237-280.
- SIQUEIRA, J., 2020. Corazonar uma Museologia onde caibam muitas museologias: a interculturalização do campo como projeto decolonial. Em: J. PRIMO, M. MOUTINHO, eds. *Introdução à Sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 113-152.
- UNESCO, 2014. *Global Citizenship Education: preparing learners for the challenges of the 21st century* [Em linha]. Paris: UNESCO [consult. 2022-10-25]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227729>.
- VISO, O., 2018. Decolonizing the Art Museum: The Next Wave. *New York Times*, 2018-05-01.
- WALSH, C., 2009. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de) coloniales de nuestra época*. Sucre: Universidad Andina Simón Bolívar.

